



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E  
DEZOITO**

5 Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, às doze horas e vinte e nove minutos, no Auditório II, do *campus* Maracanã do CEFET/RJ, foi realizada a segunda sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, presidida pelo Diretor-Geral, Professor Carlos Henrique Figueiredo Alves, à qual compareceram os conselheiros: Eduardo Ogasawara, José Artur Mussi, Úrsula Maruyama, Carla Cristina Almeida Loures, Henrique Varella Ribeiro,  
10 Dayse Haime Pastore, Maria Alice Caggiano de Lima, Inessa L. Salomão, Pedro Manuel Pacheco, João T. Dias, André A. G. Couto, Luane Fragoso, Guilherme Vargas Cruz, Jonatas Lima Valle, Nelson M. Cordeiro, Alberto Boscarino Junior, Liliane da Costa Dias e Renato Lanna Fernandez. O Presidente deu início à sessão apresentando e empossando o conselheiro Henrique Varella Ribeiro, suplente do diretor do *Campus* Angra dos Reis, que não estava  
15 presente por estar em período de férias. Após a posse, o conselheiro Henrique Varella Ribeiro se apresentou, dizendo que exerce a função de gerente acadêmico do *Campus* Angra dos Reis, e agradeceu a todos pela acolhida. Dando início ao **Expediente Inicial, Item 1.1** Aprovação de ata (1ª Sessão Ordinária de 2018), e após consultar os conselheiros se havia alguma consideração a ser feita, o conselheiro Guilherme Cruz perguntou se a inserção textual solicitada pelo  
20 conselheiro Jonatas Valle havia sido incorporada, o que foi confirmada pelo próprio solicitante e pela mesa, e, em não havendo outras observações, a ata foi **aprovada**. Passando-se à **Ordem do Dia**, o Presidente apresentou o **Item 2.1 Plano Institucional de Internacionalização**, dizendo que o item estava aberto a comentários e sugestões, e passou a palavra ao conselheiro Pedro Manuel para apresentar brevemente o plano. O conselheiro começou dizendo que foi designada  
25 uma comissão para montar o plano: Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco e Cristina Gomes de Souza da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Gisele Maria Ribeiro Vieira e Bernardo José Lima Gomes da Diretoria de Ensino; Maria Alice Caggiano de Lima e José Carlos Soares da Diretoria de Extensão; Úrsula Gomes Rosa Maruyama e Priscila Daniel de Paiva Gama e Silva da

6  




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

30 Diretoria de Gestão Estratégica e Angela Lopes Norte da Assessoria de Convênios e Relações  
Internacionais, e acrescentou que a comissão trabalhou para montar um plano de cinco anos para  
as ações de internacionalização da instituição. Explicou ainda que o plano é necessário para que o  
CEFET/RJ possa submeter projetos para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior (CAPES), e o foco do plano foi tentar usar a condição particular dos três níveis de  
35 ensino da Instituição, a fim de contemplar a participação do ensino médio técnico, graduação e  
pós-graduação, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O conselheiro Pedro Manuel informou  
que a CAPES, no próximo mês de abril, estará oferecendo recursos para projetos de  
internacionalização, como financiamento de bolsas. O conselheiro João Dias fez duas  
observações a respeito do plano apresentado, a primeira na página 9, pois que a palavra  
“atualmente”, falando do número de alunos estudando na instituição, não diz respeito à educação  
40 à distância, pois os dez por cento apresentados para a educação à distancia não existe mais.  
Continuando, disse que na página 10, o item 3, não existe mais, pois o curso técnico subsequente  
à distância foi descontinuado. O conselheiro Pedro Manuel agradeceu as observações do  
conselheiro João Dias. O conselheiro João Dias prosseguiu, comentando que os professores de  
Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), quando publicam um artigo internacional, têm  
45 muita dificuldade de conseguir diárias e passagens internacionais, e perguntou se o plano prevê  
esse financiamento para os professores EBTT. O conselheiro Pedro Manuel explica que o plano  
não discute o financiamento. O conselheiro André Couto parabenizou a comissão pelo trabalho,  
dizendo que o documento mapeia bem as ações do CEFET/RJ, e falou que na página 11, terceiro  
parágrafo, no que se refere à Extensão, e perguntou se não caberia acrescentar minimamente os  
50 números dos projetos de Extensão. O conselheiro Pedro Manuel disse que a informação é  
interessante constar e acrescentou os dados informados pelo conselheiro André Couto, perguntou  
ainda se o banco de dados era da Diretoria de Extensão e se os projetos diziam respeito ao ano de  
dois mil e dezessete, o que foi confirmado pelo conselheiro André Couto. O conselheiro André  
Couto propôs que no quadro 4, e neste ponto o conselheiro João Dias lembrou que no documento,  
55 ao final, ficou registrado como quadro 4, mas a legenda constava quadro 5, e a correção foi  
anotada. Continuando, o conselheiro André Couto disse que na página 42, quadro 4, falava da

6  
A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

expansão da pesquisa e pós-graduação, e sugeriu acrescentar dados da expansão da Extensão, o que foi prontamente aceito. O conselheiro André Couto perguntou da viabilidade de constar neste documento a possibilidade de os alunos que forem recebidos no plano de internacionalização  
60 atuarem na Extensão. O Presidente lembrou que esses alunos costumam vir com um tempo muito limitado, geralmente com as disciplinas todas definidas, mas que sim, seria muito interessante se eles pudessem atuar, como já o fizeram em outros anos, mas não são todos os que têm essa disposição. O conselheiro Pedro Manuel disse que a intenção do documento era essa, mas que talvez não tivesse ficado muito claro. O conselheiro José Artur Mussi perguntou se nesse plano é  
65 possível fazer parceria com as empresas, para que os alunos levassem os projetos para as empresas. O Presidente disse que isso já foi feito, alunos brasileiros iam para a Alemanha para fazer estágio em empresas alemãs, e os alunos alemães vinham fazer estágio nas empresas brasileiras, mas com o passar do tempo, ficou muito complicado, por isso a ênfase na via acadêmica, que é uma área mais fácil para a mobilidade internacional. A conselheira Úrsula  
70 Maruyama, complementando a ideia do conselheiro André Couto, sugeriu que fosse feito um dia de *workshop* de extensão para inserir esses alunos internacionais. O conselheiro João Dias perguntou se não haveria como fazer convênios com escolas de nível médio, e o Presidente respondeu que sim, que isso já foi feito, mas a procura é muito pequena e há o problema da idade, pois são alunos menores de idade. O conselheiro Pedro Manuel lembrou que a ambiência  
75 internacional com alunos de ensino médio pode ser feita com projetos de videoconferência, que enriquecem a vivência desses alunos, e informou que a Universidade Federal do Rio de Janeiro utiliza esse recurso. O conselheiro Guilherme Cruz ressaltou a questão do alojamento. Neste ponto, o aluno Christian, do Diretório Central dos Estudantes pediu a palavra. Com a concordância dos conselheiros, o Presidente passou a palavra ao aluno. Christian comentou que o  
80 CEFET/RJ não tem alojamento, e ressaltou que esse é um ponto fraco também para os alunos internacionais, dado os valores dos alugueis no Rio de Janeiro etc. O Presidente falou que hoje, em colaboração com Eletronuclear, em Angra dos Reis, haverá alojamento para os alunos de dupla diplomação, e acrescento que o alojamento no Rio de Janeiro está presente nas discussões com outros reitores, e que havia um projeto de juntos fazer um alojamento comum em parceria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

85 com o estado do Rio de Janeiro, mas, como a situação financeira do Estado está difícil, o projeto não continuou, e ressaltou que é uma preocupação para todos os reitores no Rio de Janeiro, mas a realização depende de espaço e financiamento. O conselheiro Pedro Manuel disse que essa é uma questão também para os pesquisadores que vêm para o CEFET/RJ, e que o tema é discutido no fórum dos pró-reitores de pós-graduação. Por fim, o conselheiro Pedro Manuel corrigiu o início

90 da sua fala a respeito do plano, que é para quatro anos, e não cinco como havia dito. Posto em votação, com as alterações sugeridas, o plano foi **aprovado** por unanimidade. Em seguida, o Presidente colocou em discussão o **Item 2.2 Nome social**. O Presidente lembrou que o nome social já existia para todos os alunos no CEFET/RJ, mas há uma nova lei e por isso a proposta para atualizar as normas da Instituição, e abriu o item para o debate. O conselheiro João Dias ponderou que se é uma lei, de consenso, é só obedecer. O Presidente salientou que a Instituição tem que obedecer. A conselheira Inessa Salomão apontou dois erros, pois quando cita o Decreto 8727/2016, diz “funcional”, deveria ser “fundacional”; e no artigo terceiro não fica claro se o pedido pode ser protocolado a qualquer tempo, e, em assim sendo, deveria constar no documento “a qualquer tempo” e explicou que, no caso de alunos, se o pedido não for incluído antes das

100 matrículas, o nome social não entraria no sistema. O conselheiro Renato Fernandez disse ser favorável à lei, mas que se preocupava com a operacionalização disso no dia-a-dia, pois podem existir alguns casos em que a Instituição não saiba como agir, por exemplo, algumas pessoas mudam o nome social, mas não suas características físicas, e ninguém sabe como se referir, se a “ela” ou a “ele”, e sugeriu que o CEFET/RJ faça palestras e trate desse tema com os servidores.

105 O conselheiro Guilherme Cruz disse que talvez não fosse bom ter um prazo para a solicitação, pois, às vezes, por ter acabado de chegar na Instituição, a pessoa não se sinta à vontade para fazer a solicitação, tem que garantir que seja a qualquer tempo, ao que a conselheira Inessa Salomão explicou a necessidade de deixar claro a questão operacional, pois se passar o período de matrículas, no caso dos alunos, não há como alterar no sistema. O conselheiro Guilherme Cruz comentou que, pensando na cultura, sugeria uma inserção ao final do texto: “O CEFET/RJ promoverá ações de divulgação desta Resolução para amplo conhecimento e efetiva aplicação dos direitos nela assegurados, intensificando o combate a todas as formas de preconceito e

110



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

discriminações, geradoras de violência no espaço acadêmico”, para promover a conscientização. A conselheira Úrsula Maruyama lembrou que o Diretor-Geral assinou o Pacto Universitário pela

115 Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, e o esse tema do nome social está na pauta do Pacto, essas iniciativas estão sendo consideradas. O conselheiro José Artur Mussi disse que talvez não seja possível criar muitas regras, pois não há como criar uma metodologia, no caso de um aluno que quer ser chamado “assim ou assado”, e levantou a questão dos sanitários, se haverá sanitários neutros, pois, no caso da Engenharia Civil, há cálculo

120 de quantos banheiros são necessários para tantas pessoas, e sugeriu que esse assunto pudesse ser feito em conjunto com esse tema. O conselheiro André Couto, que faz parte do Comitê do Pacto, informou que esse tema do nome social está na pauta do Pacto, pois são conhecidos muitos casos de tragédia nessa área, e felicita que a Instituição por não estar fechando os olhos para o tema; perguntou se este Conselho poderia encaminhar esse documento para ser discutido em todos os

125 colegiados da Instituição, a fim de garantir que os direitos sejam garantidos. O conselheiro Jonatas Valle reforçou o consenso de que é uma resolução essencial para abordar esse assunto, e disse que ele não tem acúmulo sobre a temática, mas comentou que ele e o conselheiro Guilherme Cruz conversaram com alunos e têm alguns pontos para serem alterados, e perguntou para quem deve encaminhar esses esclarecimentos, o Presidente disse que é para a Diretoria de

130 Ensino, que infelizmente, por motivo de saúde, não pôde enviar um representante para estar nesta sessão. O conselheiro Jonatas Valle continuou, dizendo que uma das dúvidas diz respeito ao documento não mencionar os alunos de pós-graduação, e falou que na proposta há condicionamento da solicitação do nome social, no caso de menores de idade, o que não consta na referência normativa mencionada pelo próprio documento; prosseguindo, destacou no artigo

135 10 uma dúvida textual, se o aluno teria direito a documentos com o seu nome civil e social, e disse ainda que sentiu falta de um artigo que falasse dos casos omissos. O conselheiro Guilherme Cruz disse que é importante se colocar na posição de não saber como se portar diante desse tema, como o conselheiro José Artur Mussi comentou, e falou que algumas instituições têm solucionado o problema dos banheiros colocando placas, e que o importante é respeitar a

140 identidade de gênero, a dignidade da pessoa humana; e comentou ainda a questão da idade,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

comentou que no SUS a carteirinha é feita para menores de idade sem autorização dos pais, e comentou de outras instituições que também não exigem idade mínima para solicitar nome social. O aluno Christian, representante do Diretório Central dos Estudantes pediu a palavra. O Presidente esclareceu que é a favor de o aluno falar, mas que neste Conselho não há representação para o Diretório, a representação estudantil é garantida no Conselho por regulamento, há regras a serem cumpridas. O conselheiro Guilherme Cruz pediu uma questão de ordem, e disse que há representação discente no Conselho sim, mas que os espaços não estão ocupados, pois os estudantes têm que ser eleitos nos conselhos de origem. Neste momento, uma aluna que se identificou como transexual e que não se apresentou formalmente, falou que os alunos trans ainda são exceção à regra, comentou dos preconceitos que sofrem, e reafirmou que via que a Instituição estava querendo avançar nesse tema, e pediu para que houvesse preocupação em se fazer as capacitações a respeito desse tema. O conselheiro José Artur Mussi esclareceu que quando falou em neutro, não falou de gênero neutro, ele disse que se referia aos aparelhos dos sanitários, para que eles possam atender a todos os gêneros, dar o respeito e oferecer peças sanitárias que atendam a todas as necessidades. A conselheira Úrsula Maruyama fez uma consideração direcionada à aluna Bianca, a respeito do Pacto Universitário dos Direitos Humanos, comentando que interesse na discussão do tema às vezes não é de muitos, não é possível garantir que toda a comunidade tenha esse interesse e participe das capacitações, mas garantiu que o que estiver ao alcance da gestão, para divulgar e promover os debates, será feito. O conselheiro Renato Fernandez falou da dificuldade de lidar com o tema, de achar as palavras corretas, e que, o que este Conselho pode fazer, é garantir o direito de fazer valer a lei, o Conselho tem que fazer o possível para estimular o debate da lei. O Presidente fez um encaminhamento para o Comitê do Pacto Universitário, para que o Comitê ajudasse a promover esses debates. Uma aluna do coletivo LGBT, que não se apresentou formalmente, se colocou à disposição para promover debates e palestras, para informar sobre esses temas. Tendo sido encerrado o debate do item, o Presidente perguntou se havia encaminhamentos. O conselheiro André Couto encaminhou para indicar, via Diretoria de Ensino, a discussão do documento nos colegiados. A conselheira Dayse Pastore encaminhou por se votar o documento nesta sessão e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

170 inserir as correções propostas pela conselheira Inessa Salomão no que diz respeito aos prazos do sistema acadêmico, e encaminhou também que para que houvesse uma comissão formada pela Diretoria de Ensino para promover debates a respeito do tema. O conselheiro José Artur Mussi encaminhou para a formação de um fórum para discutir o tema, justificando que não há como exigir que os colegiados fizessem o debate. O conselheiro Jonatas Valle encaminhou para votar o documento com as dúvidas por ele levantadas. A conselheira Inessa Salomão encaminhou para  
175 que a Diretoria de Ensino fizesse os esclarecimentos necessários e que o documento voltasse à pauta da próxima reunião deste Conselho. O Presidente encaminhou para a formação de uma comissão do Conselho para trabalhar juntamente com da Diretoria de Ensino no documento. A conselheira Dayse Pastore retirou o seu encaminhamento, o conselheiro Jonatas Valle também retirou, assim como o conselheiro José Artur Mussi. Ficaram dois encaminhamentos: da  
180 conselheira Inessa Salomão e da Presidência do Conselho. Prosseguindo para a votação, a proposta da conselheira Inessa Salomão recebeu dois votos a favor e a proposta da Presidência do Conselho ganhou por maioria de votos, sem nenhuma abstenção. Apresentaram-se como voluntários para a Comissão os conselheiros André Couto (Presidente), Renato Fernandez, Guilherme Cruz, Jonatas Valle e Inessa Salomão. Passando ao **Expediente Final, Item 3.1**  
185 Assuntos Diversos. O conselheiro Guilherme Cruz pediu a palavra para expor o que ele achou que poderia ser um erro de interpretação a falta de participação dos alunos, e que não é o caso deste Conselho, mas queria saber quem são os alunos conselheiros, e falou que o tempo da representação estudantil é diferente dos servidores, pois os alunos se formam, às vezes antes do fim do mandato. O Presidente fez um apanhado da composição do Conselho de Ensino, Pesquisa  
190 e Extensão, lembrando que qualquer mudança no regulamento desse Conselho tem que passar pela plenária e ser homologada no Conselho Diretor. O conselheiro Jonatas Valle propôs que, se os alunos não podem ter direito a voz, como tem tido nas ultimas reuniões, até que o limite burocrático seja superado (representação discente nos conselhos de origem), que este Conselho vá além e garanta o direito deles a voz e voto. A conselheira Maria Alice Caggiano de Lima  
195 esclareceu que o Conselho de Extensão tem representação discente, mas como o representante está saindo, será feita nova eleição e fez um depoimento a respeito das dificuldades encontradas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

em realizar as últimas eleições, pois os alunos não se candidataram, e pediu ajuda ao Diretório Central dos Estudantes para que essa participação aconteça. O conselheiro Pedro Manuel disse que é muito similar ao relato da conselheira Maria Alice o que acontece na Pós-Graduação, pois, nos últimos anos, não apareceram candidatos interessados, e pediu ajuda ao Diretório Central dos Estudantes para isso, porque haverá uma chamada nos próximos dias para eleição do representante estudantil no Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação. A conselheira Inessa Salomão enfatizou que não é uma questão de burocratização, mas uma questão de ocupar o espaço, e disse que os alunos têm que entrar em contato com os representantes que estão eleitos.

200 O conselheiro Guilherme Cruz fez indicação de ponto de pauta para próxima reunião: revisão do regulamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e o conselheiro foi esclarecido de que no item Expediente Final não é o momento para fazer essa indicação. O conselheiro João Dias pediu esclarecimento, argumentando que por duas vezes fez indicação de pauta por *email* e não foi atendido, e tampouco recebeu uma resposta a esse respeito. O conselheiro Renato Fernandez comentou que eles foram procurados por alguns docentes do ensino médio queria pautar uma questão deles e não foram atendidos, e queriam saber como inserir um ponto de pauta. O Vice-Diretor-Geral, Maurício Motta fez o esclarecimento referente ao primeiro pedido de pauta pelo conselheiro João Dias, por ter sido ele o presidente da sessão, dizendo que na ocasião, o pedido do conselheiro era atinente à pauta em questão, não era um ponto de pauta, e que a carta solicitada para entrar na pauta foi encaminhada para todos os conselheiros e inclusive debatida na sessão. O conselheiro Joao Dias diz que mesmo assim não foi dada uma justificativa ao conselheiro. O Presidente esclareceu ao conselheiro João Dias, referente ao seu segundo pedido de inserção de ponto de pauta, que um ponto de pauta somente retorna ao Conselho se houver fato novo, o que não aconteceu com o regulamento da Comissão de Acompanhamento Discente, que foi a solicitação não atendida para esta reunião, o conselheiro pediu então que seja dada a devida satisfação para o conselheiro. O Presidente acatou a solicitação do conselheiro e perguntou se havia outros informes. O conselheiro João Dias comentou que no Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico está sendo discutido o jubilamento do Médio e Técnico, e que a comissão está chegando à conclusão de que não tem razão de continuar

205

210

215


220

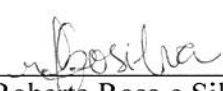




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

225 jubilando os alunos do Médio e Técnico. O conselheiro André Couto informou que em relação à  
Extensão, no dia 02/04 se encerram as inscrições para o congresso de extensão universitária, que  
neste ano será na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e que se encerram em 09/04 os  
programas de bolsa, e informou neste ano houve um recorde de inscrições, e, por fim, fez um  
pedido, para ajuda com a pesquisa da ANDIFES de perfil socioeconômico dos alunos, que até o  
230 momento não se chegou nem a 0,5% dos alunos da graduação, acrescentando que a pesquisa é só  
para graduação, se o CEFET/RJ não participar dessa pesquisa, isso pode vir a impactar nos  
recursos para a assistência estudantil, pediu, então, a colaboração para que os alunos se inscrevam  
nessa pesquisa. A conselheira Dayse Pastore destacou que está para sair o edital do PIBIC 2018,  
e pediu ajuda para divulgar entre os alunos ensino médio, esclarecendo que os alunos da  
235 assistência estudantil podem acumular a bolsa do CNPQ, que é o caso da bolsa do PIBIC. O  
conselheiro Pedro Manuel falou dos editais dos grupos de pesquisa dos *campi*, que já estão  
disponíveis. O Presidente: avisou que brevemente estarão à disposição os editais de mobilidade  
acadêmica internacional, e observou a ausência da conselheira Bianca Tempone por motivo de  
saúde. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão às catorze horas e cinquenta e  
240 cinco minutos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Michele Roberta Rosa e Silva,  
na qualidade de Secretária, e pelo Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Henrique Figueiredo Alves  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Michele Roberta Rosa e Silva  
Secretária